

AA  
Rechy  
47



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**PRIMEIRA REUNIÃO DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE.** -----

----- **ATA NÚMERO NOVE** -----

Aos vinte e oito dias de novembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Maria Fernanda Pereira Fernandes, José António Rocha Cariã, Fernando Coelho e Alcídio Ferreira Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco José Cunha do Rosário Salpico, Avelino dos Santos Antunes, Sabina Isabel Estêvão Pereira, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo e Ana Catarina Jimenez. **PSD** – Luís Manuel Pedroso de Lima Luizi, João Manuel Pereira Afonso, Francisco Cordeiro, Sérgio



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vasco, Alfredo Luís Dias Rodrigues e João Figueiredo. **BE** – Ricardo Caçoila e Cipriano Pisco. -----

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta/União**: -----  
Secretário da **União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro** – José Manuel Santos (PS); **União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel da Silva Morais (PS); **União das Freguesias de Pegões** – António Francisco Ferreira Miguéns (PS); **Junta de Freguesia de Canha** – Armando José Cardeira Piteira (PSD) e Tesoureira da **Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Maria Pereira (CDU). -----

Faltou justificadamente o senhor **Presidente da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro** – Fernando Caria (PS) e o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Joaquim António Lopes da Silva Batalha (CDU).

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

**Deputados Municipais**

Ana Filipa Mota (PSD), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, João Figueiredo. -----

Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Francisco Cordeiro. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de

M. Baliza  
07



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Almeida (CDU), João Paulo Dinis (PSD), José Francisco dos Santos (PS), Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Maria Clara de Oliveira da Silva (PS). -----

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

O público presente não fez intervenções. -----

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: -----

**Ata n.º 7 de 19 setembro de 2014**

Aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções (Maria Pereira e Fernando Coelho). -----

**Ata n.º 8 de 17 de outubro de 2014**

Aprovada por maioria, com 21 votos a favor e 4 abstenções (Maria Pereira, José Caria, Francisco Cordeiro e Armando Piteira). -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

AA Pochy



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu duas **Moções**, que abaixo se transcrevem: -----

**MOÇÃO**

**DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

**25 DE NOVEMBRO**

“No passado dia 25 de novembro, assinalou-se o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. A violência de género, ainda não tipificada na legislação portuguesa, é uma expressão de discriminação de género, mas é também uma grave violação dos direitos humanos. -----

A igualdade e a não discriminação são princípios fundamentais instituídos nos diversos Tratados, Declarações e Convenções, constituídos como princípios base do sistema educativo nacional. Porém, a sociedade, as famílias, os indivíduos, nas suas vivências quotidianas, nem sempre fazem jus a estes princípios civilizacionais. -----

Em Portugal, de acordo o INE, ocorrem em média 391 violações/abusos contra mulheres, por ano. O que revela este número, é que a violência de género é, em Portugal, trivial e diária. -----

A violência doméstica não é apenas uma cultura instalada em pessoas com nível socioeconómico baixo. Segundo os registos das autoridades policiais e das associações que exercem trabalho de proximidade com esta realidade, as ocorrências revelam que as vítimas são de todas as condições e estratos socioeconómicos, e tal característica sucede, igualmente, com os seus



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Pachy  
ch

agressores. Todos os anos são assassinadas mulheres, pelas mãos dos seus companheiros. Já neste ano, o número de mulheres mortas, nestas circunstâncias, ascende a 32 casos. São números que nos envergonham e põem em causa a construção de uma sociedade justa e equilibrada. Por isso (e não só) não podemos fechar os olhos. -----

Todos podemos, por decisão individual, em virtude da nossa consciência moral e social, não calar. -----

A atenção e a denúncia é uma das formas, ao alcance de todos, de combate a um problema que não discrimina estratos socioeconómicos. É um problema grave das famílias, onde são violados os direitos essenciais da pessoa humana e, em particular, os direitos das crianças, que, em muitos casos, assistem a atos de violência. -----

Mas a atitude não pode ser apenas individual. É necessário que políticas concertadas, justas e socialmente responsáveis, saibam enfrentar este flagelo. A Câmara Municipal do Montijo constitui um exemplo na forma como tem, ao longo dos anos, mobilizado políticas sociais, nomeadamente de apoio às famílias e às mulheres. São disso exemplo: -----

- A criação de uma casa Abrigo, para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica; -----

- A criação da Rede de Apoio a Mulheres em situação de Violência, (2005), constituída por 14 parceiros; -----

- A elaboração do Plano Municipal para a Igualdade de Género (2007); -----

- As parcerias que possui há vários anos com a Associação de Mulheres Contra a Violência e a Associação de Mulheres Juristas; -----

O Gabinete de Informação Mulheres, espaço privilegiado de partilha e apoio a

MA Feb



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mulheres vítimas de violência, sobretudo em contexto familiar que só neste ano já contabilizou 112 atendimentos (sendo a média anual de atendimentos dos 7 anos anteriores, de 174); -----

- Estas atividades de rotina juntam-se os workshops, os debates, as tertúlias com os estudantes, os concursos, enfim atividades que visam fomentar na sociedade, nomeadamente nos jovens, o respeito pelos direitos humanos e o repúdio por qualquer ato de violência contra mulheres, em qualquer das suas formas. -----

**Porque não podemos ignorar, esta Assembleia Municipal, reunida no dia 28 de novembro de 2014, vem propor a aprovação desta moção, que visa: -----**

**- Lembrar as Mulheres mortas e vítimas de violência doméstica em Portugal e no concelho de Montijo em particular. -----**

**- Manifestar o mais repúdio por todas as formas de violência que atentam contra os direitos humanos em geral e as mulheres em particular.” -----**

## MOÇÃO

### PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2020

O desenvolvimento económico do concelho de Montijo envolve duas relevantes áreas de produção: a agropecuária e a agroindustrial. -----

Grande parte do concelho, nomeadamente as freguesias da zona Este, de baixa densidade populacional e características rurais, assentam a sua economia no setor primário. O critério determinante, definido pela OCDE, para a classificação das freguesias rurais corresponde, precisamente, à baixa densidade populacional, a saber, menos de 150 habitantes por Km<sup>2</sup>. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

precisamente, a freguesia de Canha (com 7,97 habitantes por Km<sup>2</sup>) e a União das Freguesias de Pegões (com 102,25 habitantes por Km<sup>2</sup>) inserem-se, sem margem para dúvidas, no critério de ruralidade. -----

No quadro da prossecução dos objetivos da «Estratégia Europa 2020», a implementação de medidas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária será focalizada em comunidades classificadas como rurais, visando a diversificação do tecido económico, a promoção de emprego e, concomitantemente, o desenvolvimento social e a redução da pobreza e exclusão social que tem assolado as freguesias rurais. -----

Ora, no Programa de Desenvolvimento Rural 2020, da responsabilidade do atual Governo da maioria PSD-CDS, por incompetência ou erro grosseiro ou, mais provavelmente, por pernicioso opção política, nenhuma freguesia do Concelho do Montijo está classificada como rural, incluindo a Freguesia de Canha e União das Freguesias de Pegões. -----

Esta exclusão não atende a critérios rigorosos e credenciados, não atende às especificidades do tecido produtivo e social destas freguesias e compromete, seriamente, as adequadas estratégias de desenvolvimento local, uma vez que inibe o acesso a financiamentos específicos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020. -----

Tendo em conta esta situação inaceitável, a Assembleia Municipal reunida em 28 de novembro de 2014, aprova a presente moção que visa: -----

- **Repudiar as inaceitáveis opções que presidiram à elaboração do Programa de Desenvolvimento Rural 2020;** -----
- **Revindicar a revisão da classificação das freguesias do Concelho de Montijo e a integração das referenciadas (Canha e Pegões) no domínio das freguesias**



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rurais; -----  
- **Reforçar a posição da Câmara Municipal do Montijo, assumida por unanimidade na sessão de 25 de novembro último.** -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara sobre a execução das recomendações que foram aprovadas na Assembleia Municipal, ou seja, sobre a redução das rendas do mercado municipal em 25%, durante a execução das obras; sobre as medidas urgentes para eliminar os riscos sobre o espaço público causado pelo estado de degradação do edificado, confinado pela Avenida João de Deus, Rua Afonso Pala, pelo Jardim 5 de Outubro; que medidas foram adotadas relativamente ao edifício nº 18 da Rua Sacadura Cabral, que ameaça o espaço público; que medidas foram adotadas sobre a alteração de denominação do Parque de Exposições do Montijo, para Parque de Exposições de Acácio Artur Soeiro Dores em Montijo; como está a execução da recomendação para que a Câmara Municipal assumisse todas as responsabilidades de reparação das campas danificadas no Cemitério S. Sebastião, pela queda de árvores plantadas em condições deficientes e por último como está a execução das medidas urgentes para repor as condições obrigatórias de segurança rodoviária, na “curva da morte” que existe na saída do Montijo para o Samouco.” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Afonso (PSD)**, no uso da palavra questionou o Executivo Municipal e disse: “Recentemente o senhor Presidente da Câmara deu uma entrevista ao Diário da Região, onde faz uma elenca sobre alguns assuntos de assinalável interesse político, para os montijenses, pelo que





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considero relevante fazer alguns comentários sobre a referida entrevista. -----

Começo pela ligação Barreiro-Montijo e o grande túnel que se vai construir, o senhor Presidente na entrevista que dá informa os montijenses e os autarcas em geral, e eu falo por mim e pela minha bancada, porque éramos completamente ignorantes relativamente a esta novidade do túnel, informa que manteve contactos com a Lusoponte no sentido de alterar o projeto inicial, estabelecido há alguns anos pelo grupo de trabalho e recorde que desse grupo de trabalho, fazem parte: a Câmara Municipal do Montijo, Câmara Municipal de Alcochete, Câmara Municipal do Barreiro, Câmara Municipal da Moita, Câmara Municipal do Seixal, a Baía Tejo e a Lusoponte. Este grupo de trabalho foi constituído por estas entidades e no decurso foi elaborado e decidido pela construção de uma ponte que ligava o Barreiro ao Montijo, orçamentado em cerca de cem milhões de euros. -----

O senhor Presidente surpreendentemente vem a público dizer que manteve contactos com a Lusoponte, no sentido de alterar este projeto e de substituir a ponte por um túnel. Apesar dos desentendimentos iniciais tidos com a Lusoponte, o senhor Presidente entendeu que se deveria abandonar este projeto e que a Lusoponte se manifestou e passo a citar "*Está disponível para isso*". Portanto, o senhor Presidente entendeu que faria sentido alterar o projeto, em virtude de novos projetos nomeadamente o aeroporto low-cost e o novo porto de contentores que será construído no Barreiro. Se nós verificarmos e voltarmos atrás no tempo, o que é que efetivamente foi feito e quais são os factos? Aliás, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pediu informação à Câmara Municipal e podemos verificar, que os factos não correspondem aparentemente àquilo que o senhor Presidente da Câmara diz aos montijenses.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Câmara dirige uma carta em 28 de agosto de 2014, ao senhor Secretário de Estado dos Transportes, com conhecimento à Lusoponte e sem qualquer conhecimento dos outros intervenientes (Baía Tejo e Câmara Municipais) informando o seguinte: -----

*“3. Não obstante considerar-se meritória a iniciativa propugnada pela entidade Lusoponte, relativamente à proposta apresentada em 2011 para a criação de uma nova acessibilidade à Ponte Vasco da Gama, recorrendo a uma ligação entre os concelhos de Montijo e Barreiro, não pretende a Câmara Municipal de Montijo considerar a mesma, nem tão pouco incluí-la no Processo de Revisão do PDM Montijo.” -----*

*“5. Nesse sentido a Câmara Municipal do Montijo elaborou um estudo prévio para a criação de novas acessibilidades à Ponte Vasco da Gama que sirvam o concelho, sendo que a solução agora preconizada prevê a execução de uma entrada e de uma saída na denominada zona do “Penas” localizada a Noroeste das portagens existentes;” -----*

ou seja, a proposta que aqui está apresentada pela Câmara Municipal ao arripio do conhecimento dos restantes Presidentes de Câmara neste processo, foi no sentido, não de construir um túnel, mas sim de abandonar o projeto inicial e construir uma ligação da circular externa à Praça da Portagem. A Lusoponte foi a única entidade que teve conhecimento desta carta, isto é muito importante, em relação à cooperação institucional entre autarquias. -----

No seguimento desta carta a Lusoponte é absolutamente “arrasadora” relativamente à Câmara Municipal do Montijo e até tem uma linguagem que não é comum, neste tipo de instituições e diz assim: “A Lusoponte é totalmente alheia à atual iniciativa da Câmara Municipal do Montijo e ao atual



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*posicionamento desta Câmara, quanto a este assunto, aliás totalmente inverso daquele que esta Câmara protagonizou como ator principal nos mandatos autárquicos anteriores” e continua “É incorreto portanto, afirmar que essa proposta de ligação rodoviária dos concelhos do Arco Ribeirinho Sul, resultou da “iniciativa propugnada pela entidade Lusoponte”” ou seja, o que a Lusoponte está aqui a dizer, é que ao contrário do que diz a Câmara Municipal do Montijo a iniciativa não foi da Lusoponte, mas sim da Câmara Municipal do Montijo. -----*

*E diz mais “A ideia desta ligação continua a ser, em nossa opinião, excelente na forma como resolve com simplicidade e viabilidade económica, inúmeras disfuncionalidades de acessibilidades inter-regionais e viabiliza e potencia até, em alinhamento com o PET – Plano Estratégico de Transportes de 2011, um futuro Terminal Portuário no Barreiro incluído no Plano de Urbanização da Quimiparque (Barreiro) e um aeroporto complementar de Lisboa na Base Aérea nº 6 do Montijo caso venham a confirmar-se.” e diz mais à frente o seguinte “Não se compreendem portanto as razões desta súbita e presente inversão de posicionamento desta Câmara sobre estes assuntos, avançando ademais agora, com um desenho de uma acessibilidade que há muito em 2008 havia sido abandonada por ter carácter municipal e não regional e porque o seu traçado está configurado de forma que não cumpre os requisitos técnicos e de segurança, para uma ligação a uma autoestrada. Esta ligação viária que agora recuperam do passado 2008, não serve também, as acessibilidades a um provável aeroporto na Base Aérea nº 6 e muito menos a um terminal Portuário no Barreiro caso venham a ser implementados.” -----*

*Não percebo de onde apareceu a ideia do túnel, porque em nenhuma carta aparece a palavra túnel. Aliás a Lusoponte ficou a saber do túnel, pela*

AA  
Paly



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comunicação Social. É uma nova forma de relação institucional. -----

O senhor Presidente da Câmara tomou esta deliberação do túnel, sem conhecimento e sem discutir isto com os restantes autarcas, da Lusoponte e da Baía do Tejo. Até porque ao contrário do que o senhor Presidente diz, o túnel tem custos de engenharia e orçamentais que estão muito para além dos cem milhões de euros orçamentados. -----

Não conseguimos perceber o que se passa aqui? Os documentos dizem uma coisa e o senhor Presidente da Câmara Municipal diz outra aos montijenses, completamente diferente. Isto é uma “insanidade política”. -----

Gostaria também de fazer um segundo comentário à entrevista que se prende com as afirmações que o senhor Presidente proferiu, relativamente à CDU, quando questionado pelo senhor jornalista que “A CDU tece fortes críticas à gestão do PS, na área do urbanismo”, o senhor Presidente responde: “Penso que a CDU se esqueceu do desordenamento do território que foi fazendo ao longo dos tempos e em particular na corrupção que fez no Montijo, mas não vale a pena a CDU vir com estas coisas, porque as pessoas ainda hoje estão vivas e conhecem bem esses temas e essas práticas. Portanto, mais tarde ou mais cedo vamos ter que voltar a dizer o que a CDU fez no Montijo”. -----

Enquanto autarca e fiscalizador, o que é que a CDU fez no Montijo, que esteja diretamente relacionado com a corrupção? Assim pretendo saber: -----

O que é que existe sobre este facto/tema de corrupção que envolve a CDU? -----

Que dossiês envolvem a CDU, em situação de corrupção? -----

Que autarcas ou dirigentes da CDU estão envolvidos em situações de corrupção? -----

Que processos judiciais existem contra os autarcas ou dirigentes da CDU? -----

M  
Pachy  
K



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente está há 17 anos no poder e nunca de uma forma tão expressa, assumiu esta crítica à CDU. Corrupção é um crime grave. Gostaria que o senhor Presidente nos informasse de uma forma objetiva, quais são os factos. Ainda relativamente à entrevista, quero suscitar outra questão, que é a forma deselegante, com que o senhor Presidente da Câmara se dirige aos autarcas, quer do PSD quer da CDU. Relativamente à CDU, acabei de referir um facto que considero deselegante, porque ainda que o senhor tenha provas é deselegante dizê-lo em público. Quanto aos autarcas do PSD, passo a citar a sua afirmação: *“O PSD pereceu-me que tem vereadores sem capacidade de decisão...”* O PSD ao contrário do PS local, quando o jornalista lhe pergunta se admite votar no PS, para a Assembleia Municipal, caso a senhora Presidente seja candidata, sabe qual foi a sua resposta. Foi esta muito elucidativa, quanto à forma de estar na política *“Quem vai decidir, quem vai candidatar-se à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, sou eu, que sou o presidente do partido...”*. -----  
Que eu saiba o PS tem órgãos colegiais, como todos os outros partidos políticos democráticos, não são ditaduras, nem órgãos unipessoais, portanto, os senhores Vereadores quando vão falar com o senhor Presidente relativamente a qualquer tema, não vão falar em nome pessoal, falam em nome do partido e de decisões tomadas colegialmente pelo partido. Não faz sentido que o senhor Presidente queira chegar a acordo com o PSD e com a CDU, para viabilizar o orçamento, que é um documento fundamental para a boa gestão e na mesma semana chama corruptos à CDU e de incapazes ao PSD. -----  
Para terminar, queria referir outro ponto da entrevista, quando o senhor Presidente na primeira parte da entrevista diz: *“O PS não ganhou quatro maiorias absolutas a brincar, ganhou a trabalhar”* e quando o jornalista lhe



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pergunta para classificar os mandatos da Dra. Maria Amélia Antunes, o senhor Presidente diz que é incapaz de classificar, isto é no mínimo hilariante. O senhor Presidente refere que o PS não ganhou quatro maiorias absolutas a brincar, valoriza esse trabalho e logo de seguida diz que não é capaz de classificar os mandatos da Dra. Maria Amélia Antunes. -----

O senhor Presidente era Vice-Presidente da Câmara, nunca assistimos à mínima crítica pública, pelo contrário, sempre defendeu e nós hoje acreditamos em quem?" -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra questionou o Executivo Municipal, sobre: “O senhor Presidente deu uma entrevista ao jornal Diário da Região, no dia 21 de novembro de 2014, sobre o Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, onde afirma *“Tendo em conta a situação de grande dificuldade que têm em termos de resposta a urgência na unidade do Barreiro, faz todo o sentido ter aqui no Montijo uma urgência de apoio. A oferta que existe no Montijo é muito sumária, quase apenas triagem de encaminhamento de doentes e podia ser potenciada como urgência de apoio à do Barreiro, que está um caos. Mas isso tem a ver com a gestão hospitalar e não com a Câmara.”* -----

A questão que imediatamente se deve colocar é: -----

- Foi ou não foi a Câmara Municipal do Montijo e o Executivo do Partido Socialista, do qual o senhor Presidente fazia parte que traçou este plano e acordou com o centro hospitalar Barreiro-Montijo? -----

- O senhor Presidente da Câmara, a uma pergunta sobre se já tinha reunido este ano com a administração do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, respondeu:



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Pala  
H

*“Não. Pedimos várias vezes, mas ainda não reunimos.”-----*

- Perante esta situação e o estado da saúde não se pode permitir que a administração do Centro Hospitalar não mostre respeito pela dignidade da Câmara Municipal do Montijo, não respondendo aos pedidos de reunião. -----  
Nesse sentido o Bloco de Esquerda, está disponível desde já para participar em qualquer ação de protesto que o senhor Presidente entenda realizar, em conjunto com todos os autarcas do nosso concelho, no sentido de defender a saúde pública no Montijo, e, que obrigue a administração do Centro Hospitalar a reunir com a Câmara, porque o Montijo tem o direito de ter mais e melhor saúde.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Relativamente às questões colocadas à Câmara Municipal, nomeadamente as recomendações apresentadas pela CDU, informo que quanto à recomendação dos prédios degradados, já foram informados os serviços respetivos e foram abertos dois procedimentos. Para a Rua Afonso Palla, está a ser feito uma avaliação técnica e irá ser vistoriada e seguir o seu percurso normal. Para a Rua Sacadura Cabral, tivemos uma situação de desconformidade, relativamente ao número de porta e neste momento também já foi aberto um processo e está em desenvolvimento. Estão ambos a ser resolvidos. -----

Quanto à recomendação para que a Câmara assumisse os custos dos prejuízos com as campas que foram danificadas na sequência do temporal. O que ficou decidido pela Câmara Municipal, não foi o pagamento total, o processo foi avaliado juridicamente e a conclusão foi no sentido que nós custearíamos uma percentagem dos custos, que ficou estipulado em 50%. E foi isso que foi

AM Pab



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comparticipado a todos os munícipes que reclamaram e já foram ressarcidos desses valores. -----

Quanto à questão da “curva da morte” na estrada Montijo/Samouco, é também uma situação que nos preocupa muito e estamos a esboçar um projeto de intervenção, porque numa fase tínhamos uma perspetiva que era a possibilidade de se construir uma curva, que permitisse uma maior aderência dos veículos, mas, verificou-se que mesmo com isso, em termos de projeto havia problemas de segurança. Nesse sentido temos que encontrar uma solução que é efetivamente encurtar o raio da curva e esse encurtamento obriga a ocupação de um espaço que neste momento é privado, mas eu penso que é a solução definitiva para este caso. Portanto, nesse sentido estamos a cumprir a recomendação, mas há este atraso que tem a ver com a criação de um projeto que crie segurança naquela via. -----

Quanto à questão da Montiagri, estamos a avaliar e futuramente virá à Assembleia Municipal essa informação. Neste momento ainda não há decisão. --

-Quanto à redução das rendas do Mercado Municipal, tendo em conta o que aqui já falámos e tendo em conta a avaliação interna da Câmara Municipal, nós não iremos efetivamente fazer esse abaixamento, porque não temos condições do ponto de vista legal. -----

Quanto às questões colocadas pelo Deputado João Afonso, que fez uma avaliação da entrevista que dei e que acabou por fazer algumas associações de ideias que não são corretas. -----

Começa o senhor deputado por dizer que existia um projeto para a ligação Barreiro/Montijo. Se o senhor Deputado não sabe, devia ter-se informado primeiro que nunca existiu um projeto de ligação para o Barreiro/Montijo. O





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
P. Silva  
H

que existiu efetivamente foi um estudo de traçados que chegou a três traçados e no âmbito do grupo que falou, esses três traçados são meras intenções e que nunca se concretizou nenhum projeto. Tudo o que o senhor deputado aqui disse é errado e é uma associação de ideias completamente erradas, porque nunca existiu nenhum projeto. -----

Foi constituído esse grupo de trabalho efetivamente de que falou, mas apenas chegou ao estudo dos três traçados. Esses três traçados é do conhecimento de todos os intervenientes. Desde 2011 para cá, a Lusoponte nunca mais apresentou à Câmara Municipal do Montijo e a todas as outras Câmara Municipais, qualquer intenção quer de construir, de evoluir para projeto ou de evoluir para uma execução. Como é obvio questionámos a Lusoponte, para perceber em que ponto estamos e o que quer desenvolver connosco e com a nossa revisão do PDM e torna-se necessário efetivamente apresentar um traçado que seja conducente com Município do Montijo e com uma solução regional. -----

Na sequência da carta da Lusoponte, eu solicitei uma reunião com a Lusoponte no sentido de esclarecer por um lado qual é a nossa posição e perceber por outro lado a posição da Lusoponte. A nossa posição é muito simples, nós temos uma necessidade urgente de uma possível decisão, relativamente à localização de um aeroporto low-cost, com impactos locais, no Município do Montijo, uma nova entrada na Ponte Vasco da Gama, isso é obrigatório e faz parte do caderno de Encargos da Câmara Municipal do Montijo, perante a instalação do aeroporto e nesta necessidade de ter uma nova entrada de ligação ao futuro aeroporto. Como é óbvio é necessário envolver a Lusoponte. A nova entrada não coloca de parte as soluções a que se chegou, em termos de traçado neste

AM  
Pachy



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grupo. É preciso desenvolver com a Lusoponte novas soluções de acesso, porque vamos ter o impacto da localização do aeroporto e isso é uma questão decisiva e é necessário a Câmara ter propostas, não é projetos, é propostas. -----

O senhor Deputado também vai ter oportunidade de discutir este assunto, quando a revisão do PDM vier à Assembleia Municipal e aí pode criticar, acrescentar ou até melhorar. A Câmara Municipal não vai abdicar mesmo que o PSD não esteja de acordo, de resolver prioritariamente, o problema do acesso ao aeroporto. -----

Portanto, foi neste sentido que foi feita uma reunião com Lusoponte e foi esclarecida os termos da carta e foi esclarecido a situação dos traçados e foi a partir daí que se desenvolveu a última carta que nós esclarecemos junto da Lusoponte, as situações que estão em aberto e que estão a ser estudadas. -----

Quanto à ligação ao Barreiro, em túnel ou em ponte, foi uma situação abordada na reunião e foi uma situação indicada pelos técnicos da Lusoponte. Uma das Câmaras Municipais, que se opôs a este projeto de 2011, foi a Câmara Municipal da Moita, porque tem impactos ambientais, como é evidente, e, é por isso que a questão do túnel não é despicienda. -----

A questão que refere de fazer nas costas dos outros e de insanidade política, de alteração de projeto, tudo isto era assim, se houvesse um projeto concreto, se já tivesse financiamento. Nada disto é assim, porque estamos a falar apenas de traçados, ideias e propostas. -----

Quanto ao segundo comentário que fez sobre o PCP, sensibiliza-me muito o senhor Deputado estar preocupado com o PCP. O que abordámos na entrevista e eu já tinha dito na campanha eleitoral, aliás aqui nesta sala onde foi feito o debate, eu falei sobre este assunto. São casos concretos e a seu tempo eu direi



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quais são, mas, são casos objetivos e que são do passado. -----

O senhor Deputado já esteve inclusivamente aqui nesta Assembleia Municipal, um processo que é conhecido chamado Sérgio Pimentel dos Santos e que até já foi julgado em tribunal, absolvendo a ex-Presidente da Câmara e a ex-Vereadora Honorina. É uma situação que se iniciou com um processo que tinha a ver com uma série de propostas, que a Câmara Municipal do Montijo alterou e que teve a ver efetivamente com uma situação que era de violação ao PDM. -----

Mas existem outras situações, como é evidente e já foram julgados no passado, estes casos foram conhecidos e que não tem nada a ver com situações recentes, mas são em resposta a uma pergunta do jornalista e teve a ver com o facto de hoje em dia, a CDU nos atacar do ponto de vista político urbanístico. -----

O caso Sérgio Pimentel dos Santos, é conhecido e é um caso que começou através de uma proposta de 1997 e que depois foi alterada pela Câmara Municipal e que levou o próprio urbanizador a colocar a Câmara Municipal em tribunal, que depois teve um desfecho, que já aconteceu este ano, que foi dar razão à Câmara Municipal. São situações que o senhor Deputado conhece e a seu tempo traremos os outros. -----

Quanto à questão que tem a ver com a deselegância com os Vereadores , o que eu disse foi numa reunião que tivemos sobre a concertação do orçamento e perguntado aos senhores Vereadores para uma decisão sobre como veriam a situação de podermos encontrar um consenso político de discussão, o que os senhores Vereadores disseram, foi que não tinham efetivamente possibilidade de decidir ali.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, ditou para ata o seguinte: “Os cidadãos do Montijo elegem os autarcas para defender os interesses das populações que os elegem. No momento da tomada de posse juram exercer o seu mandato e desempenhar as suas funções com lealdade. ----Neste momento gostaria de deixar claro, que tem o senhor Presidente da Câmara Municipal razão, quando refere que relativamente ao traçado Barreiro/Montijo não existe projeto, se falarmos de projeto de execução. Atenemos nos conceitos: -----  
Um projeto de execução exige naturalmente todas as especialidades para poderem ser aprovadas, orçamentadas e executadas. Isso de facto nunca existiu, nem era a função do grupo de trabalho que reuniu os autarcas do Montijo, a Baía do Tejo e a Lusoponte. Todavia, existe um projeto, um pré-projecto, um traçado definido e consensualizado, que poderá naturalmente ser alterado. -----  
Quanto à questão do processo do Sérgio Pimentel do Santos, importa também deixar claro, que o processo é administrativo, que Sérgio Pimentel dos Santos intentou contra a Câmara Municipal do Montijo, contra a Presidente da Câmara – Maria Amélia Antunes e contra a Vereadora – Honorina Silvestre Luizi, era um processo, cuja causa de pedir era uma indemnização, porque Sérgio Pimentel dos Santos, entendeu que a Presidente da Câmara e a Vereadora o obrigaram a ceder a Quinta das Nascentes. -----  
Temos de ser rigorosos e saber do que falamos e não enganar os nossos cidadãos que nos elegeram, naturalmente, para tratar da res-pública e dos seus interesses e honra-me muito ter sabido neste processo, defender os interesses da Câmara Municipal do Montijo, o que significa ter defendido os interesses de todos os cidadãos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA

2  
Feb  
17

Mas não se tratou, em abono da verdade, de nenhum processo de corrupção, este processo concreto. Este é um processo administrativo e que tramitou nos tribunais administrativos, chegando ao Supremo e tendo sido decidido já no corrente ano. -----

Isto é muito importante, porque nós temos que saber os conceitos, o que estamos a fazer, do que estamos a falar, é muito importante para nós e para os nossos cidadãos.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres (PS)**, no uso da palavra leu uma **Recomendação** e uma **Declaração Política**, cujos teores abaixo se transcrevem, respetivamente: -----

“A importância de uma maior transparência municipal reside, principalmente, na sua utilização como instrumento de difusão de uma cultura de informação no seio da Administração, de forma a possibilitar um maior controle dos mesmos por parte da população. -----

Conta-se que, certa vez, um jornalista do jornal norte-americano *The New York Times* declarou que “quando algo importante acontece, o silêncio é uma mentira”. Mas, acrescentamos, quando esse “algo importante” é uma informação à qual é negado o acesso público, então o silêncio é uma arma ao serviço do poder que omite os dados ou a informação ao cidadão. -----

Quando falamos em transparência municipal associamos, desde logo, a transparência à prevenção e combate à corrupção. Na verdade, a existência de mecanismos políticos que aumentam o nível de accountability, seja por incentivos à punição de corruptos, seja por meio do aumento da transparência municipal reduzem a incidência da corrupção. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No entanto, e ao contrário do habitual senso comum, a corrupção não depende apenas da honestidade ou desonestidade dos agentes públicos, mas sim de todo um enquadramento e arranjo político propício à sua sobrevivência. Ou seja, o corrupto ou corruptor podendo ser alguém sem carácter e desonesto só conseguirá consumir o ato se o sistema de controlo e vigilância internos e externos forem fracos e o permitirem. -----

Em síntese, quando os mecanismos políticos de controlo deixam de funcionar é na justiça que o ajuste de contas passa a ser feito, negando-se, assim, a ideia, ultimamente em voga, de “à justiça o que é da justiça à política o que é da política”, porque a justiça só foi chamada a intervir porque a política não cumpriu o seu papel. -----

Além disso, também em conflito com a tradição dominante durante boa parte do século XX, tem sido comprovado que os mecanismos de transparência não são resultado direto do amadurecimento das instituições. Pelo contrário, muitas vezes o que ocorre é justamente o oposto: o amadurecimento das instituições é originado, entre outros fatores, pelo sucesso das políticas de transparência. -----

Na verdade, a corrupção surge, principalmente, devido à existência de falhas nos mecanismos de controle e de monitorização decorrentes de assimetrias de informação entre governantes e governados. -----

Assim sendo, a promoção da transparência governamental ou municipal leva à natural modernização da gestão pública. Em sentido inverso, a modernização da gestão pública conduz normalmente à promoção da transparência. -----

Neste sentido, uma administração autárquica interessada em modernizar-se, aumentar a sua governança, prevenir a corrupção e atender melhor ao

AM  
Pachy  
AM



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interesse público deve, sem receios, investir em mecanismos de transparência municipal. -----

Todavia, e não obstante a importância do papel da transparência municipal na prevenção e combate à corrupção, uma política pública de transparência ajuda muito, mas não resolve, em definitivo, o problema da corrupção. Um maior volume de circulação da informação disponível ao cidadão não é uma condição suficiente para reduzir a corrupção existente. E porquê? Porque a maior disponibilidade de informação sobre a atuação de governos não permite, só por si, chegar aos que lucram diretamente com a corrupção municipal ou governamental. Serão necessários outros mecanismos, outra visão estratégica, outras infra-estruturas éticas capazes de prevenir e combater a corrupção. -----

Senhoras e Senhores membros desta Assembleia Municipal, atendendo, sobretudo, à importância da transparência municipal e no seguimento da Recomendação votada por esta Assembleia Municipal no dia 29 de Novembro de 2013, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal do Montijo que adote os seguintes procedimentos: -----

- Mudar o icon sobre transparência municipal, alojado na parte referente ao item da Câmara Municipal, e transformá-lo num banner a alojar na primeira página do site da Câmara Municipal, de forma a ser visto de imediato por qualquer munícipe ou cidadão. Com esta mudança, passamos a ser o único município do país com um banner sobre transparência municipal e o único com o mesmo alojado na primeira página do site; -----
- No Icon da Assembleia Municipal, aos nomes dos respetivos membros, deve ser acrescentado os email de cada um deles; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Na parte referente ao executivo municipal, deve ser acrescentada uma nota biográfica de cada um dos vereadores, uma vez que o Presidente é o único que tem nota biográfica; -----
- No icon referente às freguesias ou às Uniões de Freguesia, além do nome e foto do Presidente e de cada um dos membros da freguesia, deve acrescentar-se os pelouros dos membros do executivo e a respetiva nota biográfica; -----
- No Banner sobre transparência municipal deve constar, entre outras, as seguintes matérias: -----  
Os resultados das auditorias realizadas à Câmara Municipal, quer nas Inspeções ordinárias, quer nas extraordinárias e as suas conclusões; a lista dos candidatos admitidos e excluídos para o exercício de funções no município, o regimento da câmara municipal, os documentos de prestação de contas, a Listagem dos pagamentos e recebimentos em atraso, o mapa da regularização das dívidas a fornecedores, bem como a Missão, Visão e valores da autarquia; -----
- No banner sobre transparência municipal os itens, em atualização, não devem permanecer infinitamente nesta situação, devendo haver um esforço para a sua atualização permanente e para incluir alguns dos itens sugeridos pela anterior Recomendação da AM, aprovada no dia 29 de Novembro de 2013 e, até agora, não concretizados; -----
- No site da autarquia, todas as matérias referentes à transparência municipal devem estar concentradas no banner sobre Transparência Municipal e não dispersos por vários itens: Falamos, por exemplo, do código de conduta dos trabalhadores da autarquia, das atas, etc; -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Rely  
47

Em conformidade com o que foi anteriormente referido propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida no dia 28 de Novembro de 2014 em sessão ordinária, delibere aprovar a presente recomendação.” -----

“Senhoras e senhores deputados, gostaríamos de invocar, aqui e agora, três acontecimentos que devem orgulhar todos os partidos e munícipes do concelho do Montijo. -----

O primeiro acontecimento prende-se com o reconhecimento, pelo quinto ano consecutivo, da nossa autarquia como **Autarquia Familiarmente Responsável**, um reconhecimento do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. -----

Esta entidade analisou 102 candidaturas de autarquias de todo o território nacional com base num inquérito em dez áreas de atuação: apoio à maternidade e paternidade; apoio às famílias com necessidades especiais; serviços básicos; educação e formação; habitação e urbanismo; transportes; saúde; cultura, desporto, lazer e tempo livre; cooperação, relações institucionais e participação social; entre outras iniciativas. -----

A Câmara Municipal do Montijo integrou o lote das 39 autarquias premiadas em 2014, sendo a única da região da Península de Setúbal a ser distinguida como Autarquia + Familiarmente Responsável. A Bandeira Verde com Palma reconhece as câmaras premiadas há três ou mais anos consecutivos. -----

Uma das medidas tomadas pela autarquia montijense que lhe deu acesso ao prémio foi a tarifa familiar de água, que tem em consideração o número de pessoas por agregado familiar e não penaliza, assim, as famílias mais alargadas. Um segundo acontecimento ou distinção prende-se com um estudo recente do

MA Paly



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Instituto Nacional de Estatística (INE) intitulado “Cidades Portuguesas: Um retrato estatístico”, onde é revelado que Montijo foi a cidade do território continental que registou maior atração de população entre 2007-2011. O referido estudo resulta da compilação de dados estatísticos referentes aos Censos de 2011 e demonstra que o Montijo apresentou um crescimento de 18% de novos residentes. -----

Este estudo é revelador da localização privilegiada que o concelho do Montijo assume na Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem como do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal do Montijo, ao longo dos anos, na capacitação e apetrechamento do território concelhio com infraestruturas e serviços que elevaram os níveis de qualidade de vida do concelho nas áreas do urbanismo, dos eixos e vias rodoviárias, dos espaços verdes e ciclovias, da recuperação do património edificado e cultural, etc. -----

Senhoras e senhores membros da AM, uma terceira distinção prende-se com a subida de quase 70 lugares do município do Montijo no Índice de Transparência Municipal 2014, promovido pela TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica, organização não-governamental que tem como missão combater a corrupção e é representante em Portugal da rede global anticorrupção Transparency International. -----

Este ano, o município do Montijo ocupa o 27.º lugar no universo nacional de 308 municípios face ao nonagésimo quinto lugar de 2013, sendo a segunda autarquia da península de Setúbal melhor classificada no ITM 2014. -----

O ITM não é, como deu a entender um vereador na última reunião de câmara, uma mera e simples análise da página da internet da Câmara Municipal. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Peb  
H

O Índice de Transparência Municipal é construído com base em 76 indicadores agrupados em sete dimensões a saber: Informação sobre a organização; Composição Social e Funcionamento do município; Planos e Planeamento; Impostos, Taxas e Tarifas, Preços e Regulamentos; Relações com a Sociedade, Contratação Pública; Transparência Económica e Financeira; Transparência na Área do Urbanismo. -----

Na medição do ITM participaram 18 peritos oriundos de seis Universidades e Institutos nacionais e estrangeiros. -----

A aprovação em 29 de Novembro de 2013 por esta AM da Recomendação sobre Transparência Municipal muito contribuiu para esta subida no ITM mas sem a abertura da Câmara Municipal a esta evolução, a esta transformação esta subida no ranking da Transparência não teria sido possível. -----

Senhoras e Senhores deputados, estes três acontecimentos, além de serem fruto do trabalho desenvolvido pela autarquia, agora e no passado, correspondem também a um trabalho de denúncia, alerta por parte desta e de anteriores Assembleias Municipais e de todos os autarcas, sem exceção que, desde as primeiras eleições autárquicas, puseram o seu saber, a sua dedicação, a sua inteligência ao serviço do Montijo e dos Montijenses. -----

A todos eles o meu e o nosso obrigado.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Quero fazer algumas considerações, referente à entrevista que o senhor Presidente da Câmara Municipal fez ao Diário da Região, nos dias 21 e 24 de novembro do corrente ano. -----

O Senhor Presidente referiu-se à CDU na sua entrevista ao falar de corrupção.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Que fique claro que o senhor Presidente ao falar de corrupção, se referiu a um processo administrativo. Nós a CDU, exigimos claramente sob forma de estar aqui a “meta” do que é aceitável. -----

De uma vez por todas, o senhor Presidente coloque os problemas que diz existir de corrupção, sobre a CDU ou nós tomamos as medidas que entendemos sobre esta matéria, não vamos mais permitir isso.” -----

**Seguidamente, o senhor Deputado leu dois documentos, cujos teores passo a transcrever:** -----

“O senhor Presidente da Câmara refere entre outros ter alcançado o primeiro objetivo, o equilíbrio financeiro da Câmara, com esta referência o que o senhor Presidente disse, é que esse equilíbrio não existia antes! Quando o senhor Presidente, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal afirmou que a Câmara Municipal estava com estabilidade financeira! O senhor Presidente no mínimo contradiz-se! -----

- O senhor Presidente refere que conseguimos ainda pagar todo o empréstimo do PAEL, esqueceu-se, senhor Presidente que foi dito no momento da apresentação do referido empréstimo, que era por uma medida de precaução e não de necessidade! Neste quadro nada mais natural que ter pago o referido empréstimo! -----

- O senhor Presidente refere que a CDU, PSD e BE votaram na Assembleia Municipal contra um empréstimo de tesouraria, para pagar ordenados! O senhor Presidente acaba de referir que tinha estabilidade financeira e como se veio a verificar não estava em causa o pagamento de salários, é mais uma contradição! Não se recorda o senhor Presidente que a proposta só contemplava a proposta de uma instituição bancária e não de três?!!! -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am  
P  
H

O senhor Presidente refere que a Câmara Municipal tem hoje uma das melhores situações financeiras na AML, mas o senhor afirmava o contrário, no que ficamos! ----- O

senhor Presidente refere que só se inviabiliza um orçamento de acordo com o previsto na lei, mas que fique claro que a lei foi cumprida! ----- O

senhor Presidente refere que tem apenas dívidas de médio e longo prazo e que tem a ver com o PER – Plano Especial Realojamento e que é do tempo da Presidente Jacinta Ricardo – CDU, claro senhor Presidente, pois foi a CDU que resolveu o problema para os mais necessitados! -----

- O senhor Presidente refere lutas internas na Câmara Municipal, que essa conflitualidade está a ser corrigida por si, mas dado tratar-se de matéria autárquica, diga lá quais são, porque não queremos que haja prejuízos para a vida do concelho! -----

- O senhor Presidente refere que a CDU defende um hospital para o Montijo e outro para o Seixal e que a CDU tem de decidir se quer no Montijo ou no Seixal. Mas daqui lhe dizemos senhor Presidente que defendemos os dois hospitais, pois são os dois necessários! O senhor Presidente certamente por lapso de memória não referiu que o PS já defendeu publicamente a construção do hospital no Montijo, mas na Assembleia da República umas vezes votaram a favor outras contra! Esta situação é idêntica aquando a construção da Ponte Vasco da Gama no Montijo, que o PS defendia que fosse no Barreiro e que também nessa altura a CDU dizia que as duas pontes eram necessárias como se veio a demonstrar! -----

O senhor Presidente refere em relação aos anteriores mandatos de Presidência PS em comparação com um ano do seu mandato que há diferentes maneiras de

AM Pely



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ver a cidade e o mundo, dado que o senhor foi durante cerca de 15 anos Vice-Presidente, significa a sua referência que não havia sintonia no programa eleitoral apresentado à população e no trabalho desenvolvido, porque mais adiante acrescenta ainda que neste momento existe uma nova forma de fazer política, por haver um outro Presidente! -----

Então o programa eleitoral não é também para os restantes membros da Câmara e Assembleia Municipal! -----

O senhor Presidente refere que em 6 meses faz aquilo que anos antes a Câmara Municipal da qual o senhor era Vice-Presidente não fez, que foi uma alteração ao PDM, referente às explorações suinícolas e de flores, referindo ainda que houve agora a vontade que não existia antes! -----

O senhor refere ainda tratar-se de um recorde em relação ao PDM, mas se recorde existe em relação ao PDM só se for em relação à sua revisão! -----

O senhor Presidente refere que a CDU esqueceu-se da corrupção que fez no Montijo. Os processos que atingiram a Presidente da Câmara Jacinta Ricardo da CDU, são do domínio público e não foram processos de corrupção, foi julgada e pagou por isso como também a CDU pagou eleitoralmente! Mas o senhor Presidente tem que dizer hoje aqui nesta Assembleia Municipal quais foram os casos de corrupção, o senhor está a atingir aquilo que consideramos a linha amarela e em função da sua resposta agiremos em conformidade junto de quem de direito! -----

Mas senhor Presidente, aquilo que marcou e marca entre outros e para sempre a CDU no Montijo foi a doação do Pinhal do Fidalgo, a compra dos Jardins da Casa Mora e do Pátio de Água, a construção da Biblioteca e do Edifício da Assembleia Municipal, a compra do terreno dos Bombeiros da Montigri e da



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua construção e o empenhamento decisivo pela construção da Ponte Vasco da Gama e aquilo que marca entre outros e para sempre o PS no Montijo, foi a deslocação do Cais Fluvial de passageiros «Cais dos Vapores» para o Seixalinho, arruinando o centro da cidade do Montijo e o projeto inacabado da Zona Ribeirinha. -----

Sobre a **Carta aos Montijenses** datada de novembro de 2014 enviada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal em papel oficial da Câmara Municipal, queremos fazer alguns comentários e apreciação. -----

- No **primeiro parágrafo** refere: “... *em que todos passamos dificuldades...*” É para comentar que todos não, mas alguns sim, com incidência nos do costume!

- No **segundo parágrafo** refere: “... *que a CDU e o PSD decidiram contrariar o voto livre dos Montijenses ...*”, como se os Montijenses de forma livre não tivessem dado à CDU e ao PSD uma maioria fiscalizadora da atividade da Câmara Municipal! -----

- O **terceiro parágrafo** refere como propostas da CDU, como: “... *a recuperação do Polidesportivo de Sarilhos e ainda a compra de um trator para Sarilhos Grandes.*” É uma grande confusão e trapalhada, pois a compra de um trator é parte integrante do acordo de execução firmado com a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, é matéria obrigatória nos meios logísticos e funcionais a disponibilizar e não matéria de um plano e orçamento para 2015, porque o senhor Presidente já disponibilizou para outras freguesias os meios referenciados, o que continua a existir é a discriminação inaceitável para com Sarilhos Grandes. -----

- No **sétimo parágrafo** refere que: “... *a CDU e o PSD deveriam ser coerentes e defender o diálogo democrático e convivência democrática ...*”, mas quem não

AM *[Handwritten signature]*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defende o diálogo e a convivência democrática, é o senhor Presidente que não aceita as propostas da CDU em sessão de câmara e trata de forma negativa e discriminatória e inaceitável a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, o que demonstra o seu conceito de diálogo e convivência democrática! -----

- No **penúltimo parágrafo** refere que: “... até lá, governaremos com o orçamento transporte de 2014.” Quando, inicialmente fazendo de vitimização começou nos primeiros dias após a não aprovação do orçamento, a dizer que estavam em causa a concretização das coisas mencionadas na proposta do Plano e Orçamento para 2015. O que não é verdade e uma clara contradição com o que transmite na carta em apreciação! -----

- No **último parágrafo** refere: “... valorizar corretamente o trabalho que o Partido Socialista tem realizado em nome da história do Montijo e do seu povo.” Pelo que estamos perante a utilização de meios públicos, nomeadamente, da Câmara Municipal para fazer propaganda ao Partido Socialista, em violação do que a lei sobre esta matéria determina, pelo que iremos analisar e agiremos em conformidade junto de quem de direito.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “O PSD dirigiu à senhora Presidente da Assembleia Municipal, um pedido para que a Câmara Municipal, informasse o que se passava sobre o uso do autocarro da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, aquando da sua inauguração. A resposta da Câmara Municipal, é a seguinte: -----

*“Em resposta ao pedido de informação subscrito pelo líder da bancada do PPD/PSD relativo ao assunto supra referenciado e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de*





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink.*

*12 de setembro, esclareço que atento o princípio da autonomia das autarquias locais consagrado no artigo 6º da Constituição da República Portuguesa, a matéria questionada não se inclui nas competências da Câmara Municipal pelo que não nos merece qualquer informação.” -----*

O que não percebi e apelo ao senhor Presidente da Câmara Municipal, por uma questão de transparência, é se o senhor Presidente foi a Castelo de Vide, na condição de Presidente de Câmara ou na condição de cidadão Nuno Canta? -----  
Faço esta pergunta, porque o povo do Montijo me elegeu para fiscalizar a maneira como os dinheiros públicos são gastos.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “A Mesa da Assembleia Municipal tem uma posição relativamente a esta matéria, que analisou antes de iniciar esta sessão e gostaria de a expor. -----

A resposta do senhor Presidente da Câmara é legal e adequada. O senhor Presidente não tem que responder aqui sobre aquilo que é uma competência de fiscalização da Assembleia de Freguesia da Junta de Freguesia, ou seja, foi um ato da Junta de Freguesia, quem tem que fiscalizar esse ato é a Assembleia de Freguesia. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia, tem assento na Assembleia Municipal, poderá eventualmente no domínio da informação e do controlo político, usar da palavra e dar esclarecimentos se assim o entender, mas não é obrigado a fazê-lo. Todavia, o senhor Presidente da Câmara, está obrigado a responder a esta Assembleia em que condição é que foi e como foi. Sobre a outra situação não tem que responder. -----

AA *Raly*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

São os munícipes, os autarcas da Assembleia de Freguesia que devem questionar o executivo da Junta de Freguesia.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Catarina Correia** (CDU/Os Verdes), no uso da palavra, leu um documento, cujo teor abaixo se transcreve: -----

---“Exma Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Montijo, -----

---Senhores Secretários, -----

---Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

--- Senhores Vereadores, -----

---Senhores Deputados, -----

---A Lei nº 24/98, de 26 de maio, veio, para além de consagrar legalmente o estatuto do Direito de Oposição, este direito constitucional, estabelecer os direitos que concretamente a oposição possui. -----

A lei em questão definiu oposição relativamente às autarquias locais como a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais. -----

São titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nas assembleias deliberativas e que não estejam representados no respetivo órgão executivo. -----

Este direito é, igualmente, reconhecido aos grupos de cidadãos eleitores que tenham concorrido nas eleições autárquicas e que tenham eleitos em qualquer órgão autárquico. -----

Os titulares do direito de oposição têm o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade bem como de se pronunciarem sobre quaisquer questões de interesse público relevante. -----

AA  
Paly  
h



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, importa primeiramente referir que os titulares do direito de oposição não são os membros das assembleias municipais, mas sim os partidos políticos representados nas assembleias deliberativas e que não estejam representados no respetivo órgão executivo ou que embora representados nas câmaras Municipais, verifiquem que os seus eleitos não assumem pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas ou os grupos de cidadãos eleitores que tenham concorrido nas eleições autárquicas e que tenham eleitos em qualquer órgão autárquico. -----

Ora, tendo o Partido Ecologista «Os Verdes» representante nesta Assembleia, o Partido deveria ter sido ouvido sobre as propostas de Orçamento e Plano de Atividades, o que não aconteceu. Esta falta contraria a Lei acima e os Verdes, apresentam aqui, um veemente repúdio sobre a atuação do Executivo Camarário, que viola de forma grosseira a lei acima referida. -----

Para comprovar a aplicação desta lei, é obrigatória a elaboração pela Câmara Municipal de relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias nela estabelecida, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que refiram. -----

Por consequência, Os Verdes, exigem que no referido relatório venha transcrita a falta de audição do PEV, logo que não foram respeitados os direitos e garantias previstas na Lei.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Relativamente ao processo Sérgio Pimentel dos Santos, é claro que é um processo administrativo e decorreu no Tribunal Administrativo e teve decisão



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Supremo Tribunal Administrativo, mas, iniciou-se por uma deteção de uma proposta que violava o PDM, uma proposta realizada pelo executivo socialista em 22 de julho de 1998, no qual levámos uma deliberação que alterou a proposta anterior e que depois foi corrigida numa reunião de câmara e subsequentemente é que deu origem a um processo. -----

Esta situação é conhecida e trouxe aqui como exemplo, mas é uma situação que cria substância àquilo que referimos. -----

Quanto à questão colocada que tem a ver com a carta que dirigi aos montijenses, eu assumi essa responsabilidade, de comunicar com os montijenses, na sequência de uma situação que eu considero apesar de legítima de cada partido, é uma situação que se pode considerar fora da normalidade. Tive que informar os montijenses do processo que foi desenvolvido na construção e aprovação dos documentos. O documento teve contributos do PSD e da CDU, neste caso do Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, porque a situação do polidesportivo era uma situação que não estava esclarecida, nem individualizada no documento do PPI e por pedido da própria Junta, aceitou-se essa questão. Quanto à questão do trator, está no contrato interadministrativo, mas, não está o valor e o pedido do trator e das alfaias que foi solicitado também pela Junta. A Câmara Municipal numa clara parceria com a Junta de Freguesia e no sentido do diálogo e de consenso político, solicitou à Junta de Freguesia que indicasse, quais é que eram as suas pretensões, tendo em conta a aquisição daquele equipamento. -----

Quanto à questão do PAEL, nós efetivamente pagámos, podíamos estar a pagar durante 14 anos. Numa opção de pagamento de dívidas de médio/longo prazo, decidimos pagar o PAEL, é uma opção singular no país. Não há nenhuma



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Fátima' and other illegible marks.

Câmara Municipal que tenha pago até hoje o PAEL. -----

Quanto à questão do empréstimo de tesouraria, nós trouxemos aqui um empréstimo, com base numa determinada lei que estava em vigor, e esta Assembleia, em particular os partidos da oposição votaram contra esse empréstimo de tesouraria, querendo aplicar a lei que só entrava em vigor, este ano em 2014. Nós dissemos na altura que não era assim, porque estávamos dentro da Lei das Finanças Locais. Portanto, aquela metodologia de aprovação de empréstimo de tesouraria, foi sempre assim e naquele momento também teria que ser assim. Entendeu a CDU, o PSD e o BE votar contra, nós trabalhamos durante o ano 2014, sem empréstimo. Esta reprovação foi uma dificuldade acrescida, que foi criada à gestão financeira em 2014, na Câmara Municipal do Montijo. -----

Quanto à questão dos empréstimos de médio/longo prazo, todas as obras estão tipificadas, todas as contas e prestação de contas, trazem a situação financeira da Câmara Municipal, basta consultar a Prestação de Contas dos últimos anos e verifica-se a evolução dos elementos que o senhor deputado solicitou. -----

Quanto ao novo hospital, eu penso é que nos temos que concentrar é numa melhoria da eficácia de funcionamento do hospital. A Câmara Municipal tem um terreno que está disponível, se algum Governo dizer que se constrói um novo hospital. Todos sabemos que se for construído um novo hospital no Seixal, é quase impossível construir outro no Montijo. Temos é que decidir onde se constrói e onde faz mais sentido. -----

Quanto à questão do Plano Estratégico da Península de Setúbal, o plano funciona e está dentro das nossas perspetivas. -----

Quanto ao aeroporto, as situações vão evoluindo, havendo essa decisão de vir o



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aeroporto para cá, temos que tratar do nosso território, para que o aeroporto seja realizado e cause o menos impacto possível e que as soluções do ponto de vista das infraestruturas funcionem o melhor possível. -----

Em relação aos 15 postos de trabalhos, relativamente à construção do lar, é verdade, e na altura aquele voto inviabilizou a construção de uma infraestrutura que iria criar 150 postos de trabalho. -----

Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado Alfredo, referente à inauguração do autocarro da Junta de Freguesia, o PSD perguntou à Câmara Municipal e nós não podemos responder outra coisa senão isso que leu. De referir também que fui a Castelo de Vide na qualidade de Presidente de Câmara. Quanto à questão colocada pela senhora Deputada Ana Catarina Correia do Partido Ecologista “Os Verdes”, não terem participado nas audições que fizemos com partidos representados na Assembleia Municipal, de algum modo cumprimos e foi o que sempre aconteceu, sempre convidámos a CDU, representando o Partido Comunista e também o Partido Ecologista “Os verdes” Mas se a senhora Deputada e o seu partido se sentem arredados da discussão do orçamento, nós na próxima reunião que tivermos, serão convidados.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Eu entendo que esta matéria sobre a inauguração do autocarro, por respeito ao Poder Local, pela competência de cada órgão deve ser discutida na Assembleia de Freguesia.” -----

O senhor **Secretário José Manuel Santos – Junta de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro**, leu a seguinte informação: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

FM  
Paly  
A

“Atendendo às perguntas colocadas na reunião do executivo municipal do passado dia 12 de novembro, relativamente à inauguração do novo autocarro da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, o executivo de freguesia gostaria de lamentar desde já a ausência do respeito democrático pela independência e autonomia desta junta de freguesia. -----

Ainda assim, entende este executivo dar resposta às questões colocadas, pelo respeito e transparência que os nossos fregueses merecem. -----

Assim, o executivo considerou e aprovou por unanimidade em reunião deste órgão, que a aquisição de um equipamento com esta relevância, justificaria uma inauguração com a dignidade adequada ao momento, à grandeza do investimento e à inquestionável mais-valia que o mesmo representa para a nossa comunidade. -----

Neste contexto, a inauguração foi considerada em dois momentos: -----

Um primeiro momento que se realizou no passado dia 8 de novembro onde foram convidados todos os representantes dos órgãos autárquicos do concelho, assim como, os diferentes representantes das diversas coletividades e associações da freguesia para assistirem à bênção do novo autocarro, celebrada pelo Senhor Padre Carlos Rosmaninho e posterior deslocação até à delegação da junta no Afonsoeiro, que culminou com um moscatel de honra. -----

Num segundo momento, e à semelhança da inauguração que teve lugar aquando da aquisição do antigo autocarro, onde foram convidados e estiveram presentes elementos dos executivos de Freguesia e Municipal, então presididos pelo Eng<sup>o</sup> José Francisco dos Santos e Dra. Maria Amélia Antunes respetivamente, entendemos manter este formato para este segundo momento. -----

AM



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na impossibilidade, e como facilmente se compreende pela limitação do número de lugares, o convite para o segundo momento não poderia ser alargado a todos os convidados do primeiro momento. Assim, decidimos convidar os elementos do executivo municipal, presentes no primeiro momento, presidente da assembleia de freguesia, representante da assembleia municipal, funcionários e colaboradores da junta de freguesia. -----

Gostaríamos ainda de realçar a elevação demonstradas por parte de alguns autarcas convidados nomeadamente: a senhora Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Vereador João Paulo Dinis, pelo facto de cordialmente terem comunicado a impossibilidade de estarem presentes na inauguração do novo autocarro da junta de freguesia. -----

A objetividade e transparência que o executivo da junta de freguesia tem cultivado e imprimido na sua forma de governação desta autarquia, pelo respeito e consideração que os nossos fregueses nos merecem, somos a informar que: O novo autocarro percorreu na viagem inaugural 456 Km, considerando o valor de 55 cêntimos por quilómetro previsto na tabela de taxas e licenças em vigor nesta autarquia, o custo estimado com a viagem inaugural foi de 250,80 €, ao que acresce 30,50 € de portagens e 476,00 € do almoço realizado em Castelo de Vide. Cumpre-nos ainda informar e agradecer ao senhor João Lima que de forma gratuita conduziu o autocarro nesta viagem inaugural. -----

A terminar um particular agradecimento a todas as pessoas que nos acompanharam nesta viagem inaugural, privando as suas famílias da sua companhia no domingo dia 9 de novembro, mas contribuindo com a sua presença para dignificar o início da atividade de mais um equipamento, que





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Paly  
47

ficará ao dispor de toda a nossa comunidade e que constituiu uma importante marca na governação autárquica, com sentido de responsabilidade e cooperação entre a Junta da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e a Câmara Municipal do Montijo.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Em primeiro lugar quero assumir a inteira responsabilidade da informação que o senhor Secretário da Junta do Montijo, leu nesta Assembleia Municipal, referente à inauguração do autocarro. Assumo todas as consequências políticas inerentes a este processo, na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia. -----

Aproveito ainda a oportunidade para referir que, a proposta de empréstimo que aqui foi rejeitada nesta Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diz: -----  
*“As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.” -----*

A proposta foi rejeitada, porque não cumpria com esta regra obrigatória e por isso o Bloco de Esquerda, votou contra. Ao contrário desta proposta que aqui vem hoje, que já cumpre com esta regra.” -----

A senhora **Tesoureira da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Maria Pereira**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

AA Pch



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Exma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhora e senhores Vereadores -----

Senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal -----

Exmo público presente -----

Passou um ano de mandato do executivo da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes e dos restantes órgãos autárquicos do nosso concelho, é tempo de balanço. Pela nossa parte foi um ano de muito trabalho, com dificuldades acrescidas, não equiparadas decerto com as dificuldades das restantes freguesias do nosso concelho, dificuldades acrescidas sim, porque o que foi deixado de legado a Sarilhos Grandes pelo anterior Executivo camarário, implicou o iniciar de um novo ciclo de grandes dificuldades ainda não totalmente ultrapassadas, porque também o atual executivo camarário em continuidade do anterior, não assumiu a totalidade das suas responsabilidades para com os Sarilhenses. -----

Começaria por analisar o relacionamento que a Câmara Municipal do Montijo, com a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes. Foi decidido desde a primeira hora do nosso mandato que este Executivo de Freguesia tomaria a participaria em todas as decisões e reuniões de forma coletiva, por isso, sempre nos fizemos representar nas reuniões com a Câmara Municipal coletivamente, para que não houvesse equívocos ou interpretações individuais. -----

Lamentamos ter de dizer que o relacionamento institucional na grande maioria das vezes não resulta, por falta, em nosso entender, de canais de comunicação eficazes para resolução dos problemas apresentados pela Freguesia. Não sabemos se também se passa com as outras freguesias do concelho, já agora

Am  
Paly  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gostaríamos de saber dos outros executivos de juntas de freguesia aqui presentes se têm esse problema? -----

Meus senhores e minhas senhoras -----

Na primeira abordagem que fizemos com o Executivo Camarário expusemos as dificuldades em que se encontrava a Junta de Freguesia e o território da Freguesia, provocada pela política errada de discriminação de uma parte da população do Concelho do Montijo, já conhecida de todos vós. -----

Pedimos apoio imediato à Câmara Municipal para resolução de um problema grave e urgente, porque estava em causa o pagamento de salários dos trabalhadores da Freguesia, o que recebemos foi uma resposta evasiva e de descarte de responsabilidades, o que obrigou a que a Junta de Freguesia tivesse de recorrer a um expediente legal de aumento de mais dificuldades, com a contratação de um empréstimo bancário, desnecessário, se o atual executivo camarário assumisse o que protagonizou. -----

Podemos dizer que começamos mal! -----

De seguida ficou por concretizar um compromisso do senhor Presidente da Câmara de pagamento no início do presente ano, do empréstimo bancário contraído pela Junta de Freguesia. -----

Reconhecemos no entanto que nos foi adiantado no mês de janeiro o valor trimestral a disponibilizar pela Câmara Municipal referente aos acordos de execução, não sendo transferido outro valor para pagamento do empréstimo contraído pela Junta de Freguesia. -----

Senhora e senhor Presidentes, senhoras e senhores Deputados Municipais. -----

Após a tomada de posse no final do mês de outubro do ano transato, encontrámos a freguesia, altamente carente de intervenções em diversas áreas,

AM *Paulo*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente: nas áreas de limpeza, com lixeiras a céu aberto a matizar grande parte do nosso território, as nossas escolas com falta de reparações que punham em causa a própria segurança das nossas crianças, além de outras, as nossas vias rurais e urbanas altamente deterioradas e de difícil acessibilidade para os peões, os poucos jardins existentes na freguesia muito mal tratados, os equipamentos públicos como exemplos: o mercado municipal e o polidesportivo em estado de degradação por flagrante falta de manutenção durante mais de 4 anos. A falta constante de apoio às nossas coletividades, a falta de descentralização da cultura e do desporto, etc. -----

Incentivamos a população a apresentar os problemas que as afligem e responsabilizar quem por direito tem responsabilidade, quer a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal. -----

Pela nossa parte, não descuramos nenhuma que seja da nossa responsabilidade, mas também pressionamos e exigimos que outros cumpram as suas. -----

Finalmente em 21 de agosto do presente ano foi assinado um acordo de execução entre dois órgãos autárquicos Câmara e Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, acordo ainda por cumprir no seu essencial pela Câmara Municipal, nomeadamente quanto aos meios técnicos em falta, nomeadamente, um trator e uma carrinha de caixa aberta de 3500 Kg e a concretização plena do pessoal a alocar à freguesia, que está a ser utilizado ainda de apoio a outros serviços camarários. -----

Realçar o cumprimento pleno do acordo na componente financeira, o que levou a que tenhamos feito uma gestão cuidada e bem planeada dos recursos existentes e que nos vai permitir no futuro cumprir as responsabilidades e acordos firmados. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuamos no entanto preocupados com algumas notícias e comunicados partidários, que lançam algumas anátemas, a rondar ameaças, e que podem refletir e pôr em causa posições e compromissos assumidos pelo executivo camarário eles próprios explanados no acordo de execução com a nossa freguesia. -----

Nós não queremos mais do mesmo do que se passou no último mandato autárquico, porque a população de Sarilhos Grandes é livre e não permitirá que isso aconteça. -----

Só pedimos respeito por Sarilhos Grandes e pelos Sarilhenses, queremos um relacionamento institucional sério e responsável com canais de ligação eficazes entre os responsáveis e serviços, para a resolução dos problemas da Freguesia. Estamos empenhados num concelho unido, onde nos sintamos cidadãos iguais nos deveres e nos direitos. Obrigado.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Isabel Travessa (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O Montijo foi no passado dia 14 de novembro palco do V Fórum da Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis. A escolha da nossa Cidade para a realização deste encontro traduz o reconhecimento de que a nossa Cidade é hoje uma Cidade Saudável, graças à aposta estratégica desenvolvida pelos sucessivos Executivos Socialistas no desenvolvimento de políticas ativas de promoção da qualidade de vida, saúde e bem-estar da população montijense. -----

O nosso Município integra desde 2001 a Rede de Cidades Saudáveis. Esta rede agrega 28 autarquias portuguesas que assumem a promoção da saúde como uma prioridade da sua agenda e desenvolvem uma metodologia estratégica de

AA Pely



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção baseada nos princípios essenciais do projeto Cidades Saudáveis: equidade, sustentabilidade, cooperação intersectorial e solidariedade. -----

Apesar da enorme pressão urbanística e do crescimento acentuado da população, como consequência da construção da ponte Vasco da Gama, o Montijo soube evitar um crescimento descontrolado ou a transformação da cidade num dormitório. Graças a uma estratégia sustentada de ordenamento do território e de desenvolvimento de políticas ativas de promoção da saúde, de apoio social e de sustentabilidade ambiental que têm permitido à Cidade alcançar um nível de qualidade de vida que se destaca no País. -----

Prova disso são os recentes indicadores do INE, que mostram que o Montijo foi o concelho que mais moradores atraiu nos últimos cinco anos em Portugal Continental, especialmente entre as camadas mais jovens. Acresce que o Município voltou a estar este ano – pelo 5º ano consecutivo - entre as 39 autarquias premiadas pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Fomos a única autarquia da Península de Setúbal a receber este prémio, que distingue as câmaras que promovem políticas de apoio às famílias, destacando-se pelas boas práticas adotadas no sentido de criar um futuro sustentável para o seu município. -----

Fruto da sua estratégia de desenvolvimento e ordenamento do território, o Montijo dispõe hoje de múltiplas zonas de espaços verdes, de corredores verdes e de uma vasta rede de ciclovias, numa aposta clara na prevenção e na melhoria dos níveis de saúde da população. Em paralelo, têm vindo a ser desenvolvidas múltiplas medidas ativas de promoção do bem-estar e de reforço das condições de saúde. Como os rastreios oftalmológicos aos alunos do 1º ciclo do Ensino

AM  
P  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Básico ou a elaboração das refeições no Pré-Escolar e no 1º Ciclo com o controlo nutricionista. -----

Reduzir as desigualdades sociais, que cresceram exponencialmente na atual conjuntura de dificuldades, tem sido outra das apostas. Exemplos como a Rede Social de Apoio às Famílias Carenciadas, da cantina para os sem-abrigo ou do Banco Local de Voluntariado, e no seu âmbito da Loja Social, evidenciam a resposta às carências dos munícipes e das famílias. Na área da inclusão social, salienta-se o 'Tu Kontas', que intervém na inclusão social de crianças, adolescentes, jovens e familiares em contextos de maior vulnerabilidade, assim como na população imigrante e minorias étnicas; e o Programa Local de Envelhecimento Ativo, que promove atividades integradas de envelhecimento ativo e combate ao isolamento da população montijense de maior idade. -----

Todos sabemos que uma política equilibrada, sustentada e coesa permite melhorar a qualidade de vida, da saúde e do bem-estar da população. E que este é um processo que nunca está acabado. Que precisa de ser trabalhado permanentemente, para se assegurarem melhorias contínuas, mediante o reforço das parcerias entre os diferentes parceiros presentes ao nível local. Uma das áreas que permanece com muitas debilidades no concelho, senão mesmo com um agravamento dos problemas, respeita às respostas do Serviço Nacional de Saúde. -----

Na vertente dos cuidados primários, o Centro de Saúde do Montijo, que integra o Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho, continua com evidentes constrangimentos que tardam em ser resolvidos, nomeadamente a gritante e contínua falta de médicos de família. E a situação agrava-se ainda mais quando se olha para a rede hospitalar e para as Urgências Básicas do Hospital do

AM Paly



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Montijo, hoje quase resumidas a um mero serviço de encaminhamento de pacientes. -----

O nosso hospital foi objeto de um investimento significativo, no âmbito do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo. Só a Unidade de Cirurgia de Ambulatório representou mais de dois milhões de euros de investimento, sendo hoje uma referência nacional, com mais de dois mil pacientes operados em 2013. Perante estes resultados e face ao verdadeiro caos que continua a dominar o serviço de urgências do Hospital do Barreiro, não se compreende como é que ainda não se apostou na unidade do Montijo como uma verdadeira alternativa de qualidade, aliviando a sobrelotação do Barreiro, que persiste há muito, com evidentes prejuízos para os utentes, incluindo os montijenses, e prestando um serviço de maior proximidade. -----

Não se percebe também que a administração do Centro Hospitalar ainda não tenha respondido às solicitações do atual Executivo do Montijo para dialogar e analisar em conjunto alternativas e respostas mais eficientes, potenciando os investimentos realizados na unidade do Montijo. Em outubro do ano passado, exatamente por causa do caos nas urgências do Barreiro, a Ordem dos médicos dizia em comunicado que esta “Reforma Organizativa dos Serviços de Urgência parece antes ser uma desorganização estudada e planeada com base em critérios economicistas, privados de racionalidade e de planificação e que mais não são do que cortes nefastos e cegos que implicarão necessariamente custos muito elevados no futuro e que não exprimem o real desejo de salvar ou sustentar o SNS”. Mais de um ano depois, nada mudou. Pelo menos para melhor. E perante o silêncio tão gritante dos responsáveis do Centro Hospitalar, fica a questão: o Hospital do Montijo será uma das unidades do país com a





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
Pab  
A

respetiva gestão transferida para a esfera das Misericórdias, tal como aconteceu há menos de duas semanas com os hospitais de Fafe, Anadia e Serpa? Os próximos tempos dirão. Vamos estar atentos. E vamos continuar a defender a manutenção e o reforço da nossa unidade hospitalar.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Mário Baliza (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Recomendação**, intitulada **ALERTA SOBRE A QUALIDADE DO AR E EXCESSO DE RUÍDO NO BAIRRO DA BOA ESPERANÇA**, que abaixo se transcreve: -----

“Considerando a deslocação dos moradores do Bairro da Boa Esperança, situado na União de Freguesias Atalaia/Alto Estanqueiro – Jardim, à Sessão de Câmara Municipal para dar sequência à denúncia e alerta sobre o qualidade do ar e o excesso de ruído que põem em causa a qualidade de vida dos moradores, considerando que não está em causa o funcionamento normal da fábrica RAPORAL e, por conseguinte, os postos de trabalho, mas sim o direito à qualidade de vida dos moradores. -----

A Assembleia Municipal de Montijo reunida no dia 28 de novembro de 2014, delibera: -----

Recomendar ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, com a máxima urgência, mande executar a medição do nível de ruído e reclamar ao Ministério do Ambiente que proceda à verificação da qualidade do ar, para cumprimento do que as leis determinam sobre as matérias em causa.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, face aos documentos que tinha na Mesa para admissão e votação, (2 Moções e 2 Recomendações) procedeu à

ATA 



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votação, a **admissão** dos documentos, tendo os mesmos sido admitidos por unanimidade. -----

Seguidamente, procedeu-se à **discussão** e **votação**, tendo os mesmos obtidos as seguintes deliberações: -----

**1ª Moção, apresentada pelo PS – DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**2ª Moção, apresentada pelo PS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2020**

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, propôs uma alteração ao penúltimo ponto da **Moção**, assim: -----

**Onde se lê:** *“Revindicar a revisão da classificação das freguesias do Concelho de Montijo e a integração das referenciadas (Canha e Pegões) no domínio das freguesias rurais”* -----

**Deverá ler-se:** *“Revindicar a manutenção da classificação das freguesias do Concelho de Montijo, Canha e Pegões, como freguesias rurais e zonas desfavorecidas”* -----

A supracitada alteração foi aceite pela bancada do partido Socialista. -----

O senhor **Deputado Municipal – João Afonso (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Esta Moção prima por falta de rigor, temos que saber do que estamos a falar.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am  
Pete  
A7

Há um conjunto de regras comunitárias que têm que ser cumpridas e procedimentos que têm que ser assumidos, as Câmara Municipais têm que ter algumas diligências junto do Gabinete do Senhor Secretário de Estado, além disto, parece-me que não houve cuidado na elaboração desta Moção. As adjetivações mencionadas no quarto parágrafo da Moção e no primeiro parágrafo da Proposta, que passo a ler: *“Repudiar as inaceitáveis opções que presidiram à elaboração do Programa de Desenvolvimento Rural 2020;”* são de uma grande pobreza.” -----

**Deliberação:** Aprovada por maioria, com 19 votos a favor (10 do PS, 7 da CDU e 2 do BE), 1 abstenção do PSD (Presidente da Junta de Freguesia de Canha – Armando José Cardeira Piteira) e 6 votos contra do PSD. -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, apresentou uma **Declaração de Voto**, que abaixo se transcreve: -----  
“O Bloco de Esquerda vota favoravelmente esta Moção, porque a consideramos importante. No entanto, não queremos deixar de referir que mais uma vez se mostrou que existem dois PSD. Um na Câmara Municipal que vota por unanimidade e outro na Assembleia Municipal que vota contra.” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Afonso** (PSD), no uso da palavra, disse: “A proposta que foi colocada na Câmara Municipal não tem o mesmo conteúdo e não tem o parágrafo que acabei de ler antes da votação.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, apresentou uma **Declaração de Voto**, que abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“A bancada da CDU votou favoravelmente esta Moção, porque estamos perante mais um atentado ao mundo rural e aos agricultores, e, no Ano Internacional da Agricultura Familiar, o que demonstra claramente a natureza de classes que são as medidas destinadas à agricultura pelo atual Governo e nomeadamente a Senhora Ministra da Agricultura.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Luís Luízi (PSD)**, no uso da palavra, apresentou uma **Declaração de Voto**, que abaixo se transcreve: -----

“Votei contra devido ao quarto parágrafo da Moção e que passo a ler: *“Ora, no Programa de Desenvolvimento Rural 2020, da responsabilidade do atual Governo da maioria PSD-CDS, por incompetência ou erro grosseiro ou, mais provavelmente, por perniciosa opção política, nenhuma freguesia do Concelho do Montijo está classificada como rural, incluindo a freguesia de Canha e União das Freguesias de Pegões.”* Qualquer pessoa séria não pode aprovar um parágrafo destes.” -----

**1ª Recomendação apresentada pelo PS – A IMPORTÂNCIA DE UMA MAIOR TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL**

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**2ª Recomendação apresentada pela CDU – ALERTA SOBRE A QUALIDADE DO AR E EXCESSO DE RUÍDO NO BAIRRO DA BOA ESPERANÇA**

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, após ter sido acordado, informou que iria encerrar a primeira reunião da quinta sessão ordinária e que a segunda reunião prosseguiria no dia dois de dezembro de 2014, pelas 21 horas, com início na Ordem de Trabalhos. -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Era uma hora do dia vinte e nove de novembro de 2014. -----

E eu, *Joaquina Maria Cervejo Barbosa*, Assistente Técnica, da Divisão de Administração Organizacional, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.-----

----- A Presidente da Assembleia -----

*Marina Frelia Antunes*

----- O 1º Secretário -----

*Pedro Rafael Pereira dos Canôas*

----- A 2ª Secretária -----

*Deolinda da Conceição*

